



O ARQUIVO DA PROVÍNCIA CAPUCHINHA DO MARANHÃO-PARÁ, DO CONVENTO DO CARMO, EM SÃO LUÍS - MA: ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO, O ACESSO E A UTILIZAÇÃO DO ACERVO.

Maria Goretti Cavalcante de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

RESUMO

Pesquisa sobre a organização, o acesso e a utilização do Arquivo da Província Capuchinha do Maranhão – Pará, situado no Convento do Carmo, em São Luís do Maranhão. Nesta perspectiva, os esforços de busca priorizaram a identificação de uma política interna de organização dos documentos do acervo. Reflete-se sobre a importância do referido arquivo dos capuchinhos para a sociedade maranhense, a acessibilidade e a sua utilização, por pesquisadores. Por outro lado, reflete-se sobre os impactos de uma demanda significativa de pesquisas, ali realizadas, para a reorganização e funcionamento do arquivo. Objetiva-se refletir sobre a importância dos arquivos, como espaços de memória e salvaguarda do patrimônio cultural, bem como compreendê-los, na sua organização, nos métodos e técnicas utilizados para a coleção dos documentos, com vistas à utilização consciente de uma relação de forças que ali detêm o poder. Enfatiza-se que, em virtude de ser um arquivo de iniciativa privada, a organização do seu acervo tem suas peculiaridades, por obter documentos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, e suas atividades missionárias no Norte e Nordeste do Brasil, desde a metade do século XIX. Entretanto, pontua-se que os significados deste arquivo têm se reconfigurado ao longo de sua organização, pois apesar de ter sido restrito aos religiosos, atualmente se abre para as demandas da comunidade e suas pesquisas. Para estas reflexões fundamenta-se em Farge (2009), que apresenta a magnitude dos arquivos, na sua indefinição; em Dosse (2013), que trata do vir-a-ser do acontecimento, que justamente começa a ser construído a partir do acesso ao jogo de poder de uma organização documental, subjetiva e temporal; e Le Goff (1990), que atenta para a produção documental, enquanto monumento, que permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, com pleno conhecimento de causa. Espera-se corroborar com as discussões sobre arquivos, sobretudo na perspectiva de sua condição de produção, que proporcione a construção de acontecimentos.

Palavras-chave: Arquivo. Organização. Província Capuchinha.

INTRODUÇÃO

O arquivo é um lugar de importância pela função de salvaguarda de produções documentais. É necessário para buscas de informações; para pesquisas e produção de fontes. Entretanto, a naturalidade de vê-lo, como apenas um repositório documental, eclipsou por muito tempo a grandeza de acessá-lo, na perspectiva de um *corpus*, de um discurso e as condições de sua produção.



Há pouco tempo surgiu uma notória preocupação de arquivistas, historiadores e profissional de outras áreas sobre os arquivos, do ponto de vista de sua constituição, enquanto *artefato cultural*. O arquivo tornou-se objeto de pesquisa, deixando, portanto, o *status* de apenas um lugar de salvaguarda da memória, para se abrir à reconfiguração da própria memória reconstituindo-se, ampliando-se e convocando múltiplos sentidos, e significados, através de redes de interesses. A naturalização de narrativas produzidas em torno do arquivo é uma atitude comum no desenvolvimento de pesquisas, fato que, em boa medida, deve comprometer o usufruto do acesso, de suas políticas internas, e de uma história ali constituída. Em função disto, faz-se necessário refletir sobre o arquivo na sua condição de produção e na sua acessibilidade. Portanto, nesta oportunidade, apresenta-se uma reflexão acerca da problemática que emergiu no acesso ao Arquivo da Província Capuchinha Maranhão-Pará - APCMP, para uma pesquisa sobre uma *Missão indígena*, no Maranhão: em que medida um arquivo privado, restrito a religiosos pode ser acessível e útil para a comunidade acadêmica, e quais as condições de produção do seu acervo, para justificar a sua utilização? Estes questionamentos surgiram em virtude de o APCMP ser conferido em seu caráter social, considerando-se que é um lugar de memória significativamente importante para o atendimento às demandas de pesquisas ali realizadas, mas que tem uma história de organização por seus arquivistas, produto de uma política interna de organização e acesso.

Em função disto, objetiva-se refletir sobre a importância dos arquivos, como espaços de memória e salvaguarda do patrimônio cultural, bem como compreendê-los, na sua organização, nos métodos e técnicas utilizados para a coleção dos documentos, com vistas à utilização consciente de uma relação de forças que ali detêm o poder.

Neste sentido, e com base nas visitas e pesquisas no Arquivo dos Capuchinhos, em São Luís do Maranhão, relato nesta oportunidade algumas considerações sobre o referido Arquivo, com ênfase na sua organização e acessibilidade.

O ARQUIVO DA PROVÍNCIA CAPUCHINHA MARANHÃO-PARÁ

O Arquivo da Província Capuchinha Maranhão-Pará (APCMP) é de iniciativa privada, religiosa, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – OFM^{Cap}, mas com importante função pública. Ali se encontra uma memória da presença de frades da OFM^{Cap}, italianos, no Maranhão. O referido Arquivo tem um acervo de documentos sobre a história da Missão Capuchinha do Maranhão, no Pará, Amazonas, Amapá, Piauí e Ceará. Está situado em São



Luís, no Convento da Igreja do Carmo¹. Funciona diariamente, das 08: 00 às 11: 30 horas, para o atendimento ao público, em geral.

Todo o acervo do APCMP contém documentos, colecionados desde o Século XIX, que antecedem a história da Missão² indígena, no Maranhão, quando esta começou a delinear-se e a se constituir em missão autônoma, fazendo do Estado maranhense o primeiro ponto de apoio de propagação da evangelização dos povos indígenas, que se estendeu para o Pará e para o Amazonas.

O Arquivo da Província Capuchinha, organizado pela Ordem Capuchinha, possui um acervo de Livros de Tombo das paróquias do Maranhão; Crônicas; Cartas pessoais dos frades; Relatórios anuais; Atas dos Capítulos da Ordem franciscana; Cartas Eclesiásticas; Fotografias; Necrológicos; Documentos da Província Capuchinha lombarda; Mapas da geopolítica missionária capuchinha; Documentos da Ordem franciscana, livros referentes à história da Missão capuchinha no Norte e Nordeste do Brasil. Embora toda preocupação dos capuchinhos, em organizar e preservar este acervo, sabemos que ali estão apenas lembranças; uma memória que pode ser compreendida como “rastros, distância, mediação, uma história, uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1981, p.11). E estes escritos estão adormecidos à espera de quem lhes dê fôlego e fala viva, mas que dependem igualmente de serem acessíveis aos pesquisadores.

O Arquivo dos Capuchinhos no Convento do Carmo contém vestígios de atividades que foram se desenvolvendo e se redimensionando, em virtude de catástrofes e demandas decorrentes. Mas, é uma memória que aciona aquilo que ainda é vivo na consciência do grupo de capuchinhos, e na comunidade. Isto porque, “só retém do passado o que dele ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém. (HALBWACHS, 2006, p. 70). E, concordando com Le Goff,

“O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (Le Goff, 1990, p. 535).

¹ Sede da *Missão do Maranhão*, fundada pelos capuchinhos lombardos, em 1894. Por força de lei, passou à propriedade incorporada ao patrimônio nacional, desde que faleceu o último representante da ordem religiosa dos Carmelitas, em 1894. (Verbete de Antônio Lopes – AL/ ver em MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3.ed. São Luís: Edições AML, 2008.

² Aprovada através do decreto de 12 de maio de 1894 pelo Ministro Geral e se instalou em São Luís, que passou a ser o centro de irradiação de toda a atividade da Missão pelo interior do Estado. Foi uma atividade missionária a convite da Presidência da República, no governo de Floriano Peixoto, aos frades capuchinhos, que chegaram ao Maranhão (1894) para os trabalhos da Missão indígena em Barra do Corda e Turiaçu (MA), com instalação em São Luís, capital do Estado, no antigo e então abandonado convento do Carmo (construído pelos padres Carmelitas no século XVII). Naquele momento, a Missão começou a delinear-se e a constituir-se em missão autônoma, fazendo do Maranhão o primeiro ponto de apoio de propagação da evangelização dos povos indígenas do Maranhão, do Pará e do Amazonas.



Portanto, é nesta perspectiva que o APCMP se sustenta, em virtude de uma consciência histórica e arquivística da memória capuchinha no Norte e Nordeste do Brasil. Sustenta-se em uma coautoria dos arquivistas, que são também instrumentos de pesquisa, com o poder de avaliar e selecionar o conjunto documental. São os seus gestores, que no dizer de Cook (2007, p.15) “detêm o poder sobre os próprios documentos essenciais à formação da memória e da identidade, por meio da gestão ativa dos registros antes deles se tornarem arquivos”.

O Arquivo da Província Capuchinha se expande ao complexo arquitetônico do Convento do Carmo, em São Luís do Maranhão, pois além dos documentos, reservados na sala que dá acesso ao Acervo, faz parte igualmente a igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Museu dos Capuchinhos e uma vivência capuchinha de frades, que desenvolvem suas atividades pastorais. Isto pode ser constatado nas visitas.

As visitas realizadas possibilitaram uma compreensão mais apurada do referido Arquivo, sobre a sua importância para a história, como monumento, como miniaturização da memória, e a sua significação quanto às informações nele contidas, permitindo a compreensão de um presente por meio de vestígios do passado. Pelas concepções de Farge (2009) foi possível ampliar as ideias sobre o arquivo e a sua magnitude, a partir da ideia de que, segundo a autora:

O arquivo petrifica esses momentos ao acaso e na desordem; aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornaram-se representações do real. Como se a prova do que foi passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistando o privilégio de tocar o real” (FARGE, 2009, p.18).

Entretanto, só pela acessibilidade que se pode inferir sobre os achados, as surpresas, o encantamento de se deparar com o que é tangível e intangível, no Arquivo. Uma acessibilidade para além da permissão de adentrar e ser apresentado ao acervo. Um acesso à história do Arquivo, de sua organização e de seu discurso. Organização e acesso para o vir-a-ser do acontecimento que, segundo Dosse (2013), justamente começa a ser construído, a partir do acesso ao jogo de poder de uma organização documental, subjetiva e temporal.

No Arquivo pode-se perceber que há muitas facetas de organização, dependendo de seus autores. A exemplo disso, o Arquivo dos Capuchinhos, do Convento do Carmo, quase na sua totalidade, os documentos foram transcritos, na íntegra, e catalogados pelo arquivista Frei Rogério Beltrami³. Mas, a riqueza do seu acervo, apesar de sua importância como produção de

³ Nasceu em Milão, Itália, em 23 de novembro de 1925 e foi batizado com o nome secular de Agide Beltrami. Ordenou-se em Milão, a 23 de dezembro de 1950. Tornou-se professor no Seminário da Ordem em Varese, Itália. Lecionou Física, matéria da



fontes, foi afetada pela descontinuidade dos cronistas e de seus dotes intelectuais, de seus interesses e pendores particulares e pessoais. Ali, algo de interessante pode ser encontrado, mas podemos identificar muitas notícias incompletas, redigidas com dificuldade, frequentemente sem datas e sem parâmetros, forçando o pesquisador às penalidades para a reconstrução dos fatos.

A política interna objetiva-se em organizar e catalogar o material, duplicar cópias e enviar para os Arquivos Geral (Roma) e Provincial (Milão), para a preservação e manutenção. Mas, objetiva-se igualmente em apresentar o material produzido à comunidade, com atenção às demandas dos pesquisadores, e eventuais esclarecimentos sobre assuntos, catálogos e buscas. O acervo é constituído de documentação 90% em língua italiana e em latim. Existem muitos documentos traduzidos, pelos próprios italianos, o que facilita a compreensão, pelo fato de traduzirem para os brasileiros a cultura italiana, europeia. Isto foi muito válido, pois, em se tratando da língua, há uma estrutura, mas há “o chão e o tempo, contextos de herança que está guardada, escondida, mas que, mesmo assim, existe, desde que nos desafiemos a encontrar” (ALMEIDA, 2017, p. 22). E ali no APCMP o acesso também passou por este desafio, quando do encontro de documentos traduzidos e interpretado à luz da cultura estrangeira.

Quanto à possibilidade de produção de fontes, o APCMP guarda riquíssimos informes, necessários às pesquisas sobre o Estado do Maranhão, referentes à Educação católica, à catequese indígena e à História Eclesiástica do Maranhão. Nesta perspectiva de encontrar a história do Maranhão, várias pesquisas acadêmicas foram realizadas, como: “Frei João Pedro na história da Educação maranhense”; “A proposta pedagógica capuchinha da Congregação Missionária, no Maranhão”; “O projeto educativo capuchinho em São Luís-MA, desde 1913”; “O aspecto arquitetônico da Igreja do Carmo”; e outras tantas que se voltam a investigar sobre as atividades missionárias no sertão maranhense. Atualmente, há uma pesquisa importante sobre “A Missão capuchinha no Maranhão (Século XX): história e memória de instituições educativas”, bem como outras relacionadas às “Capelas da cidade de São Luís”; “A história dos índios do Rio Tocantins”. São pesquisas de Doutoramentos de Mestrados.

A GESTÃO DO ARQUIVO DA PROVÍNCIA CAPUCHINHA MARANHÃO-PARÁ

qual obteve diploma na Faculdade de Nápoles. Em 1953, transferiu-se para o Brasil, indo lecionar em Fortaleza (CE) e Parnaíba (PI), Teologia Bíblica, especialidade obtida através de diploma concedido pela Faculdade de Jerusalém. Vigário em Imperatriz e Cidelândia (MA); Visitador de comunidades de base nos municípios de Pedreiras, Cidelândia e Imperatriz (MA). É autor de diversos artigos sobre temas teológicos e pastorais, sendo que, a respeito desta atividade, escreveu um livro. Colaborador da Revista “Continente”, editada em Milão, Itália. Frei Rogério é arquivista da Província Capuchinha do Maranhão.



Entender a gestão é importante nas investigações sobre um arquivo, visto que este espaço de memória foi organizado por grupos; os documentos foram construídos por pessoas; e o lugar é gerenciado por pessoas. Neste passo, buscamos orientações para compreendermos a memória coletiva, que segundo Halbwachs (2006, p. 159), é quando tratamos de um lugar que recebeu a marca de um grupo, e vice-versa. É que todos os documentos de um arquivo foram construídos por pessoas, que fizeram e, que ainda fazem parte da história das instituições, agregando as experiências coletivas do passado.

A organização e seleção dos documentos do acervo foi feita, desde os primórdios da presença dos capuchinhos italianos, no Maranhão. Mas, o que se encontra de estratégias dessa organização refere-se ao trabalho incansável do Frei Rogério Beltrami de Milão, arquivista por muitos anos ali, que motiva o encontro de razões para que muitos fatos e muitos sentidos sejam convocados no Arquivo da Província Capuchinha. Mas, sobretudo descobrir, nos caminhos percorridos na constituição do acervo, em seus aspectos histórico, religioso, social e cultural, uma tradição, um sinal, um monumento, que faça lembrar por meio de investigações sobre o Estado do Maranhão. Tal motivação também leva às possibilidades de continuidade do trabalho de catalogação de muitos outros documentos que ainda estão avulsos no Arquivo, e colaborar na atualização de um novo catálogo, que certamente será muito útil aos pesquisadores.

A percepção é de que o acesso ao Arquivo dos Capuchinhos, do Convento do Carmo, pelas estratégias da sua gestão, é possibilitado reais e possíveis condições de pesquisa, pois, apesar de ser cuidado, preferencialmente por frades qualificados, este lugar de memória abre-se às demandas e colaboradores externos.

Com o aprofundamento dos estudos sobre o Arquivo, foi possível notar a importância da adoção de um método de organização para melhor manuseio e armazenamento dos documentos além de proporcionar uma melhor acessibilidade ao referido arquivo. Tal fato está amparado pela Resolução nº1, de 18 de outubro de 1995 do Conselho Nacional de Arquivos que “dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções” (CONARQ, 1995).

Apesar de haver uma política nacional de arquivos, os Capuchinhos arquivistas do APCMP igualmente organizaram o referido espaço com normas e técnicas simples, mas que dão boa acessibilidade ao seu conjunto documental. Talvez não utilizando um moderno modelo de arquivologia, que adota um conjunto de procedimentos e normas técnicas e administrativas



que viabilizam a melhoria dos arquivos públicos. Entretanto, organizaram o referido arquivo, no sentido de desenvolver atividades relacionadas às pesquisas da comunidade e manutenção de documentos privados para utilização pública, permitindo a estes últimos, servirem como instrumento de pesquisas da OFMCAp e da Sociedade. Tal organização não está distante do que dispõe o Presidente do Conselho Nacional de Arquivos, Jaime Antunes da Silva no Código de Classificação de Arquivos⁴ (2001, p.7), pois quando trata dos arquivos públicos, dispõe que:

O controle sobre a produção documental e a racionalização de seu fluxo, por meio da aplicação de modernas técnicas e recursos tecnológicos, são objetivos de um programa de gestão de documentos, que levará à melhoria dos serviços arquivísticos, resgatando, com isso, a função social que os arquivos devem exercer.

Sendo assim, o Conselho Nacional de Arquivos- CONARQ, juntamente ao Arquivo Nacional, aprovou esses tipos de instrumentos (Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo) após ser amplamente discutido por suas Câmaras Técnicas, permitindo os ajustes necessários para o seu aprimoramento e enquadramento nas diversas particularidades de cada órgão.

A partir da análise do catálogo do Arquivo em questão, observou-se que o código de classificação dos documentos se dá pelo assunto, dispondo a organização física dos mesmos agrupados por temas e por datas (método cronológico e ordenação temática), facilitando assim as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos “uma vez que o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nele contida.” (ARQUIVO NACIONAL, 2001)

Quanto à estrutura básica necessária para o funcionamento do Arquivo exigida pelo CONARQ, segundo MARTINS (2005, p.11), para poder desempenhar satisfatoriamente as suas funções, o arquivo necessita de uma estrutura básica que pode ser composta pelos seguintes elementos: Recursos Humanos; Instalações Físicas e Recursos Materiais.

Sobre os Recursos Humanos, atualmente o APCMP dispõe de um arquivista, em substituição ao frei Rogério Beltrami, pela impossibilidade física de administrá-lo – o frei José Antônio Macapuna e um auxiliar, o frei Joacy. A função destes dois frades é de selecionar e

⁴ O Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio e a Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública foram elaborados por técnicos do Arquivo Nacional, da antiga Secretaria da Administração Federal e do Ministério do Planejamento e Orçamento e constituem elementos essenciais à organização dos arquivos correntes e intermediários, permitindo acesso aos documentos por meio da racionalização e controle eficazes das informações neles contidas.



registrar documentos; estabelecer o método de classificação adequado; ordenar documentos; arquivar o documento; conservar, organizar e atualizar os documentos; controlar as saídas dos documentos; transferir e descartar os mesmos.

Quanto às instalações físicas, o APCMP tem ótima iluminação; é arejado; tem higienização do espaço e do cesso para consultar os documentos. O local do Arquivo é arejado por meio das janelas que influenciam positivamente na iluminação. O espaço é amplo e organizado (contando com 3 ambientes onde os documentos são organizados), não comprometendo o acesso aos mesmos. As prateleiras estão dispostas uma ao lado da outra, encostadas nas paredes permitindo ao local a facilidade na locomoção.

O acervo está disposto em estantes de material resistente (ferro/madeira), tendo apenas 4 catalogadas, que permitem uma boa organização e o acréscimo de outros possíveis documentos a serem catalogados. As pastas com os documentos são suspensas nas fileiras da estante na posição vertical, denominadas de A, B, C e D, também de material resistente e padronizado com etiquetas. O local também conta com grandes mesas de madeira dispostas no meio dos três compartimentos do Arquivo, para que o pesquisador possa melhor manusear e trabalhar com os documentos.

Em relação à natureza dos documentos, Martins (2005 pp.14-15), com base no CONARQ, também apresenta os tipos de documentos classificados a partir de seu formato, espécie e gênero. Quanto ao Formato (configuração física de um suporte de acordo com sua natureza e o modo como foi confeccionado) o Arquivo da Província Capuchinha conta com Formulários, Livros, Cartazes, Mapas, dentre outros. Na classificação de Espécie (configuração que assume um documento de acordo com as informações neles contidas) observou-se que o Arquivo possui Atas, relatórios, Cartas e Ofícios. E na classificação de Gênero (configuração que assume o documento de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo) conta apenas com documentos iconográficos (fotografias) e textuais (documentos escritos de uma forma geral).

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI- em seu I Módulo Específico de Documentação: Arquivamento (2011, pp.6-7) o Arquivo pode ser classificado quanto a sua Entidade Mantenedora (Público ou Privado), Natureza dos Documentos (Especial ou Especializado), Estágio de Evolução dos documentos (Corrente, Intermediário e Permanente) e Extensão de sua atuação (Setorial ou Central). A partir dessas classificações, foi possível constatar que a Entidade Mantenedora do Arquivo da Vice Província Capuchinha é de cunho Privado e Institucional, devido ao fato de ser mantido por instituição de caráter particular,



no caso, a Ordem Capuchinha. A natureza de seus documentos é especial, tendo em vista que a forma física de seus documentos (cartas e papéis antigos) exige um cuidado especial e diferenciado para a sua preservação e durante o seu manuseio.

O Arquivo também possui documentos que se enquadram nos três estágios de evolução: Corrente (mais novos e mais utilizados pela instituição), Intermediário (documentos menos utilizados pela instituição e utilizados para fins administrativos e permanente (já cumpriram seus fins administrativos e agora são preservados pelo seu valor histórico para a Instituição)). Sua extensão de atuação é central, recebendo documentos correntes de diversos setores da instituição. Por fim, o método de arquivamento utilizado no local da pesquisa é o Método Indireto, pois o pesquisador necessita do catálogo para localizar o documento desejado.

Os custos com a administração e manutenção do acervo são assumidos pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – OFMCap. Como tratado anteriormente, o gerenciamento e manutenção do Arquivo, no momento, estão comprometidos, tendo em vista os problemas de saúde que acabaram por impossibilitar o arquivista Frei Rogério de administrar o Arquivo. Entretanto, já foi designado para esta função o Frei José Antônio Macapuna.

O procedimento de organização documental no Arquivo se dá de forma simples, com a utilização apenas do Catálogo impresso, não havendo o uso de localização em sistema tampouco o gerenciamento de documentos via Software. Também não possui um sistema de empréstimo/devolução. Os mesmos foram organizados e catalogados pelos primeiros missionários capuchinhos, e depois, desde a década de 1980, pelo Frei Rogério Beltrami.

Quanto ao acondicionamento dos documentos, no Arquivo existem muitos materiais para pesquisa, datados do século XIX, não tendo, portanto, sua estrutura intacta e perfeita, sobretudo das cartas e ofícios. Entretanto, seu material ainda é acessível e legível, não comprometendo o trabalho do pesquisador.

NA CURVA DO ACESSO A UTILIZAÇÃO

Além de todos estes mecanismos de acesso, já mencionados, adentrar ao APCMP para pesquisar demanda uma sistemática simples, que se inicia com a identificação e registro do pesquisador, em um livro de frequência, e a apresentação do catálogo de documentos, com a orientação do arquivista e de seu auxiliar, que se colocam na convergência discursiva.



Neste prisma, o arquivista e seu auxiliar, são os principais informantes acerca da documentação, e que corroboram com abordagens convergentes, para os encontros dos pesquisadores com os seus objetos de pesquisa, a partir da disponibilidade de documentos escritos; de explicações sobre a organização do espaço missionário, ou outro tema, para a ampliação de uma representação discursiva.

É possível uma leitura de escritos em outras línguas (em italiano e latim), pela colaboração de frades italianos, e das traduções feitas pelo arquivista frei Rogério Beltrami de Milão, sobre a documentação referente à presença capuchinha italiana, no Maranhão.

Nesse sentido, o acesso e a utilização vão depender do que foi organizado nos arquivos e na sua gestão, o que possibilitará o encontro daqueles fragmentos de tempo capturado; pois, só mais tarde separam-se os temas, formulam-se interpretações. Isso toma muito tempo, mas ajuda a descobrir o sentido daquilo que se pretende escrever. Portanto, o arquivo também pode dar acesso e tornar-se um lugar reservado à contemplação e aos estudos científicos, literários e históricos. E, principalmente, reservado a poucos.

O arquivo sugere que “apesar de tudo, quem escreveu um dia pretendia de algum modo ser descoberto e acreditava que os acontecimentos de sua vida tinham de ser redigidos (FARGE, 2009, p. 16)”. Com a devida atenção à abertura do arquivo, pelos arquivistas, foi possível compreender aquele conjunto de documentos produzidos, há mais de um século, pode estar “[...] em permanente evolução, aberta à lembrança e ao esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1981. p. 9).

O arquivo sugere algumas escolhas do pesquisador, que também podem necessitar de relatos orais sobre detalhes que não estão disponíveis no seu acervo. Estes relatos gerados pela troca de demandas entre arquivistas e pesquisadores poderão orientar as escolhas investigativas, bem como as necessidades teórico-metodológicas. A busca no arquivo gera questões, que devem permanecer durante todo um processo de investigação como uma dúvida, uma pergunta, uma procura plena, um problema a resolver que obrigará o olhar do pesquisador/historiador a mudar várias vezes de direção, na construção do seu objeto. Em função disto, devem corroborar nas interrogações que serão feitas ao objeto, através de conceitos que serão percorridos para se chegar com a possibilidade de produzir conhecimento, e um caminho metodológico para que sejam aproximados histórias e documentos, naquilo que são, e afastados daquilo que nunca foram. Estas experiências são vividas no Arquivo da província Capuchinha Maranhão-Pará.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste texto, alguns pontos merecem ser ressaltados, o que permitirá avançarmos em futuras discussões. O Arquivo desempenha um papel fundamental para a sociedade. Ainda que não tenha sua devida importância reconhecida, ultimamente vem ganhando espaço entre os pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, principalmente entre historiadores, que buscam evidências concretas de acontecimentos do passado, além de revelar culturas e tradições, auxiliando na reconstrução da história até o presente momento.

A partir das visitas ao Arquivo dos Capuchinhos, foi possível identificar a sua importância para a sociedade, pelo que ali é possível acessar. É que o Arquivo proporciona ao homem outras formas de voltar no tempo, e encontrar nele vestígios e lembranças de quem já não está mais aqui para contar fatos. O Arquivo poderia ser assim denominado, segundo Futsel, como um recurso que viabiliza o discurso das línguas mortas, de segredos de quem hoje não pode mais falar, respostas para questionamentos que não dizem respeito ao nosso presente, mas que contém a razão para sê-lo.

Encontra-se no Arquivo, um novo olhar a respeito daquilo que nos rodeia, um olhar diferente, não para aquilo que é novo, mas para o que se encontra em nossa volta e que até então não era visto. O acesso ao Arquivo é também uma possibilidade de educação patrimonial, para a sociedade. Sendo assim, o estudo do acervo do Arquivo Capuchinha aproxima a compreensão de nossa cultura e educação, permitindo ao conhecimento de muitos, a necessidade de nossa alfabetização cultural. O estudo, a partir do acesso ao APCMP também possibilitou a compreensão do trabalho de gerenciamento dos documentos e o quanto a sua forma de organização está intrinsecamente ligada à sua acessibilidade ao público. Foi relevante o acesso ao Arquivo dos Capuchinhos, inclusive para compreender o que há em potencial, para futuras investigações históricas sobre o Estado maranhense. Que desta pesquisa possa ter despertado o interesse por uma compreensão sobre o acesso, a organização e utilização de arquivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sonia. *A língua e a árvore: uma herança com chão e tempo*. São Luís: EDUFMA, 2017.



COOK, Michael. *Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro*. ACERVO: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1/2, p. 125-132, Jan./Dez. 2007.

Conselho Nacional de Arquivos. *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública*/ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf. Acesso em: 13/07/2016.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre esfinge e fênix*. São Paulo: UNESP, 2013.

FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. tradução Fátima Murad. São Paulo, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINS, Neire do Rossio. *Manual técnico de organização de arquivos correntes e intermediários*. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em: http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/arquivos_setoriais/apostila_secretarias.pdf. Acesso em: 23/05/2016.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto Histórico. São Paulo: PUC, 1981.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. *I Módulo Específico Documentação: Arquivamento*. Departamento Regional da Paraíba. – Campina Grande, 2011. Disponível em: [http://wendonsenai.xpg.uol.com.br/UFS/02-Arquivamento\(23%20P%C3%81GINAS\).pdf](http://wendonsenai.xpg.uol.com.br/UFS/02-Arquivamento(23%20P%C3%81GINAS).pdf). Acesso em: 27/07/2016